

# COMISSÃO DE TURISMO

## PROJETO DE LEI Nº 6.165, DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes, adesivos ou placas informativas em idiomas distintos nos locais de acesso e permanência de turistas público ou privado, contendo as informações de utilidade e segurança pública aos turistas nos Estados do Brasil, assim como, informações sobre os meios de denúncias, contato e endereço com localização da Delegacia de Proteção ao Turista.

**Autora:** Deputada ROGÉRIA SANTOS

**Relatora:** Deputada YANDRA MOURA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que torna obrigatória a afixação de cartaz, placa informativa ou adesivo em idiomas distintos nos locais públicos que sejam de acesso e permanência de turistas, contendo as informações de utilidade e segurança pública, como serviços especializados e unidades de apoio aos turistas, e também informações sobre os meios de denúncias, contato e endereço com localização da Delegacia de Proteção ao Turista do local, devendo ser adaptados às pessoas com deficiência. O projeto também dispõe que, quando se tratar de locais privados que sejam de acesso e permanência de turistas, a obrigatoriedade da afixação do material informativo será do proprietário ou do responsável pelo estabelecimento. Conforme a justificativa, o objetivo da proposição é garantir o direito de acesso à informação previsto no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, tanto aos turistas estrangeiros, quanto aos turistas nacionais.



A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Turismo e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II RICD), em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

Em 10/12/2024, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou o projeto na forma de substitutivo.

Em 11/12/2024, a proposição foi recebida por esta Comissão de Turismo. Em 02/04/2025, tive a honra de ser designada relatora deste projeto.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, XIX), compete a esta Comissão de Turismo se pronunciar acerca do mérito do projeto de lei nº 6.165, de 2023.

O projeto em análise cuida do tema de segurança dos turistas nacionais e estrangeiros no território brasileiro. Sabemos que a segurança dos turistas é de suma importância para o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor turístico nacional. Um ambiente seguro, com amplo acesso à informação sobre onde procurar ajuda em caso de necessidade, não apenas garante o bem-estar dos visitantes, proporcionando experiências positivas e memoráveis, mas também constrói uma reputação favorável para o nosso país como destino turístico. Turistas que se sentem seguros são mais propensos a retornar e a recomendar o Brasil a outros, impulsionando o fluxo de visitantes e, consequentemente, a economia. Além disso, a segurança é um fator crucial na decisão de escolha de um destino, influenciando diretamente a competitividade do Brasil no mercado internacional.

Consideramos que a apreciação deste projeto de lei é oportuna no atual momento histórico que vive o Brasil, marcado pelo aumento do fluxo



turístico. Os dados do Ministério do Turismo mostram que, em janeiro de 2025, o país registrou a entrada de 1.483.669 turistas internacionais, o melhor resultado para o mês desde 1970, representando um aumento de 55% em comparação com o mesmo período de 2024. No acumulado dos primeiros quatro meses de 2025, o Brasil já recebeu 4.425.888 turistas internacionais, um volume recorde para o período e que iguala o número de visitantes estrangeiros recebidos em oito meses de 2024. Esse resultado representa 64% da meta anual estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo (PNT), que projeta a chegada de 6,9 milhões de estrangeiros até o final de 2025.

Acreditamos que a medida proposta por esse projeto de lei, de estabelecer a obrigatoriedade de afixação de placas em locais turísticos com informações úteis ao turista, incluindo os de segurança pública, em muito pode favorecer o turismo no Brasil, gerando efeitos positivos como aumento de acessibilidade, melhoria da experiência dos turistas, fortalecimento da reputação do Brasil como destino turístico internacional e aumento da segurança pública. Vislumbramos também a importância da proposta para robustecer o turismo nacional (intermunicipal e interestadual).

Em nossa análise, o projeto original, apresentado pela deputada Rogéria Santos, foi aprimorado – tanto em termos de técnica legislativa, como no que se refere ao conteúdo – pelo substitutivo do deputado Paulo Alexandre Barbosa, que foi aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Assim, o substitutivo imprimiu maior clareza ao texto original ao definir que, se tratando de locais públicos, caberá ao poder público local divulgar as informações aos turistas; ao passo que a afixação de placas nos locais privados deverá ser disciplinada em regulamento. Também definiu o substitutivo que as informações deverão ser acessíveis a pessoas com deficiência e disponibilizadas, no mínimo, em língua inglesa e língua portuguesa.

Assim sendo, expressamos o nosso voto pela APROVAÇÃO do projeto de lei nº 6.165, de 2023, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.



Sala da Comissão, em       de       de 2025.

Deputada YANDRA MOURA  
Relatora

2025-6478

Apresentação: 21/05/2025 14:31:26.353 - CTUR  
PRL 1 CTUR => PL 6165/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251895901600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Yandra Moura

